

# Repressão Política e Cultural a Nelson Werneck Sodré

Lucileide Costa Cardoso\*

A partir dos anos quarenta do século XX, os órgãos de vigilância já acompanhavam as atividades políticas dos intelectuais considerados de esquerda. Contudo, a fase mais dura veio com a instauração dos Inquéritos Policiais Militares ainda no ano de 1964. Os sucessivos Atos Institucionais do Governo Castelo Branco são prova do crescente fechamento do regime.<sup>1</sup> Os principais alvos da repressão política neste período foram os setores ligados ao Governo Goulart e à campanha pelas Reformas de Base, concentrados, principalmente, nos sindicatos urbanos e rurais, em setores das Forças Armadas e, ainda, nos chamados “Grupo dos Onze” ou “Comandos Nacionalistas” de tendência brizolista.

Segundo os pesquisadores do Projeto Brasil Nunca Mais, três momentos distintos demarcam a repressão ao longo do regime militar que desafiou até mesmo a tradição jurídica brasileira.<sup>2</sup> O primeiro período foi entre 1964 a 1968, quando foi muito grande o número de processos políticos (2.375 denunciados); o segundo, de 1969 até 1974, com a edição do AI-5, significando recrudescimento da repressão política (4.748 denunciados) e o terceiro, de 1975 até 1979, com uma paulatina diminuição dos processos quando entra em vigor a política de distensão do governo Geisel (244 denunciados). Os números comprovam que o período de maior repressão política foi

---

\* Pesquisadora em História do Brasil República, período da Ditadura Militar. Líder do Grupo de Pesquisa Cultura, Memória e Política Contemporânea (UFRB/UFBA/UFS/CNPq). Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo. Professora Adjunta de História Contemporânea da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB e Colaboradora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal da Bahia – UFBA, Linha de Pesquisa Sociedade, Relações de Poder e Região.

<sup>1</sup> O AI-1 investiu o Executivo de um poder soberano e incontestável, rompendo o princípio da igualdade entre os três poderes, além de limitar o poder do Congresso Nacional e suspender temporariamente as garantias de imunidade parlamentar. O Poder Judiciário também teve sua atuação limitada, foram suspensas por seis meses as garantias constitucionais de vitaliciedade e estabilidade dos juízes e ficou estabelecido que inquéritos e processos fossem instaurados. Com base no art.8º. do AI-1, Castello Branco publicava no dia 27 de abril de 1964, o Decreto-Lei no. 53.897 que criava e regulamentava os IPMs (Inquéritos Policiais Militares).

<sup>2</sup> Informação retirada do Tomo IV – As Leis Repressivas (A Repressão excedendo a Lei e a Estrutura Repressiva). Projeto BNM. Arquidiocese de São Paulo, 1985. P. 5.

aquele situado entre 1969 e 1974, com 64.44% dos denunciados. Estes dados evidenciam que o cerco repressivo estabelecido a partir de 1964, atingiu intelectuais, pensadores e professores universitários, além de vários outros setores sociais. Iniciaram-se perseguições, ameaças, triagens ideológicas, cassações e aposentadorias compulsórias, em alguns casos, acompanhadas de prisões, exílios, censuras aos seus escritos, mortes de amigos e parentes próximos.

Nelson Werneck Sodré, historiador marxista, general reformado, ex-professor da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército de 1948 a 1950, diretor do Departamento de História do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) desde a fundação em 1955 até sua extinção pelo golpe de 1964, é autor de livros e artigos produzidos entre 1938 a 1997, alguns com publicações no exterior. Seus escritos revelam um interesse por assuntos variados. Destacam-se, entre outros, *História da Literatura Brasileira* e *História Militar do Brasil*. Para entender a sua trajetória e participação na vida política do país, torna-se essencial a leitura de suas autobiografias escritas sob os títulos *Memórias de um Soldado* (1967) e *Memórias de um Escritor* (1970). Nasceu em 1911, numa família de escritores, viveu em ambiente culto e desde cedo se dedicou à literatura. No pré-1964, Sodré pertencia ao grupo dos militares comunistas ligados ao PCB. O historiador veio a falecer em 13 de janeiro de 1999.

Sodré escreveu uma vasta obra que, ultimamente, vem sendo objeto de análises no cenário historiográfico, sejam pela suas contribuições teóricas, reveladoras de distintas linhas interpretativas da formação histórica do Brasil, bem como pela riqueza dos escritos de cunho mais político e testemunhal. Os inúmeros artigos, entrevistas e editoriais, publicados em vários jornais, revistas e livros atestam para sua distinta trajetória enquanto intelectual e membro do Partido Comunista Brasileiro. Ao ser perseguido e vigiado permanentemente pelos órgãos de repressão produziu reflexões acerca do golpe e seus desdobramentos. A dimensão testemunhal de sua produção (componentes biográficos e autobiográficos), especialmente com a publicação dos livros: *Fúria de Calibã*, 1994, e *História da História Nova*, 1986, oferecem uma resposta particular às versões encontradas nos acervos da repressão. Os agentes da Comunidade de Segurança e Informação o acusaram de “terrorismo”, de “subversão”,

de ser membro ativo de “movimentos extremistas”, de praticar “crimes” que feriam a sociedade e, portanto, o poder constituído.

A sua visão etapista do processo revolucionário foi repensada no livro *A Revolução Brasileira*, 1966, de Caio Prado Júnior, bem como a noção de burguesia nacional. Militantes de diversas dissidências comunistas também criticaram os seus escritos por expressar o pensamento dominante do Partido Comunista Brasileiro, responsabilizado pela derrota de 1964. Sodré passou uma temporada na prisão militar, precisamente dois meses. Esta experiência traumática marcou definitivamente a vida do intelectual. Dentre as várias acusações, os militares golpistas destacaram o seu papel de dirigente da coleção *História Nova*, sendo considerada uma obra altamente “subversiva” e proibida de ser reeditada. Foi indiciado em vários IPMs, especialmente o mais conhecido e temido IPM de número 709/64, coordenado pelo coronel Ferdinando de Carvalho. Com o auxílio de vários oficiais, o IPM tinha a pretensão de apurar as atividades do Partido Comunista Brasileiro em todo o território nacional. O IPM reuniu uma imensa documentação em que são basicamente explorados os denominados “crimes de subversão”, sendo a principal base de investigação o conjunto das cadernetas do dirigente comunista Luis Carlos Prestes.

O Dossiê do historiador, pertencentes ao Fundo DEOPS/SP e constitutivos dos acervos temáticos de Ordem Social e Política, localizados na Divisão do Arquivo de Estado de São Paulo revelam o microcosmo do poder instaurado no Brasil a partir de 1964. O DOPS - Departamento de Ordem Política e Social - foi criado em 1924 com a função de controle político-social e repressão aos crimes políticos. Empregou métodos de investigação amparados na legislação, IPMs, por exemplo, e praticou atos ilegais: torturas, cárcere privado e execução sumária. Os DOPS — eram órgãos vinculados aos governos estaduais através das Secretarias de Segurança Pública, que, por sua vez, eram geralmente comandados por oficiais superiores do Exército.

Os Dossiês foram criados em 1942 para atender ao aumento da atuação do órgão no momento em que o Brasil se aliava aos norte-americanos na Segunda Guerra Mundial e os suspeitos de colaborarem com o “Eixo”, residentes no país passaram a

sofrer vigilância cerrada. Contudo, é a partir do golpe de 64 que cresce sua importância e utilização. Os Dossiês expandem-se até o momento da extinção do órgão em 1983 e os agentes da Polícia Federal elaboraram resumos atendendo solicitações de outros órgãos de repressão. O material arquivado apresenta o caráter multifacetado, caótico e extremamente plural das atividades de espionagem e de repressão, porém, não esconde o fato de que foram cuidadosamente planejadas e executadas pelo alto escalão do Poder Executivo. Essa documentação apresenta parte das atividades acadêmicas e militantes dos nossos historiadores, evidenciando a rigorosa observação dirigida pelo órgão aos que denominaram “inimigos internos” da Nação.

A investigação sobre Nelson Werneck Sodré foi intensa, o seu nome consta em noventa e uma pastas da Série Dossiês. As primeiras informações datam de 1945, quando foi identificado como colaborador da Revista “Leitura” no Rio de Janeiro e em São Paulo. Em 1950 integrou ao lado de reconhecidos intelectuais a Delegação Carioca do III Congresso de Escritores, realizado em Salvador/BA. Em 1951, Major do Exército, foi afastado da Diretoria do Departamento de Cultura, por exercer atividades comunistas. Em informação reservada, datada de 27/08/1963, é acusado de aderir à convocação do I Encontro Latino Americano pela Liberdade dos Presos Políticos do Paraguai. Neste contexto, passou a pertencer a Sociedade Amigos do Povo Paraguaio, espécie de entidade organizada pelo Partido Comunista Brasileiro. Destacou-se também internacionalmente através de manifestações e solidariedade ao povo cubano. Diversos recortes de jornais são arquivados pelo órgão a partir de 1963, identificando Nelson Werneck Sodré como agente do comunismo no Brasil, marxista pertencente ao ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros), período em que foi considerado como um dos principais “mentores intelectuais da UNE”. O DEOPS, baseando-se nas Atas de reuniões das entidades estudantis, UNE (União Nacional dos Estudantes) e UEES (União Estadual de Estudantes Secundaristas), estabeleceu um forte vínculo entre suas lideranças e os intelectuais e políticos de esquerda, a saber: Nelson W. Sodré, Leonel Brizola, Paulo de Tarso Santo entre outros.<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> Paulo de Tarso Santos foi Ministro da Educação do Governo Goulart no período de 18 de junho a 21 de outubro de 1964. Em sua curta gestão foi o responsável pelo aparecimento do projeto político da *História Nova*, oriundo do convênio entre o MEC e o ISEB, parceria estabelecida entre Roberto Pontual, diretor da Campanha de Assistência Estudantil (Cases), e Nelson W. Sodré, diretor do Departamento de História do ISEB. Para maiores informações consultar MENDONÇA, Sueli

Em 1965, Nelson Werneck Sodré integra a chapa proposta para a constituição do primeiro Conselho Consultivo do Comando dos Trabalhadores Intelectuais, segundo Relatório do Serviço Secreto/DEOPS. O CTI representou um exemplo de articulação política, constituindo-se posteriormente na consolidação do grupo de colaboradores da Revista Civilização Brasileira, editada entre 1965 a 1968. A RCB legitimava grandes intelectuais que transitaram em torno da editora Civilização Brasileira, dirigida por Ênio da Silveira, editor de orientação ideológica e partidária alinhado com o PCB. O CTI foi fundado em outubro de 1963, sendo fechado em 1964 a mando dos militares. Presidido por Ênio da Silveira, o CTI continuou existindo com um espaço de resistência cultural. A maioria das reuniões era realizada na sede da própria editora, demonstrando a firmeza desses intelectuais.

No contexto de forte repressão política e cultural, donos de editoras e intelectuais sofriam constantes advertências policiais, em especial o dirigente da Editora Civilização Brasileira, Ênio Silveira, indiciado no IPM do ISEB e considerado o responsável pela divulgação da “*doutrina comunista em nossa terra*”. Além da Editora Civilização Brasileira, sofreu punição a Editora GRAAL, através de Pedido de Busca expedido em 09/09/1977 pelo Ministério do Exército, por ter reeditado a obra *História da Imprensa* de Nelson W. Sodré.<sup>4</sup> Nelson foi um dos autores mais editados pela Civilização Brasileira.

O general Nelson Werneck Sodré foi preso pouco depois do Golpe de Estado de 64, na fazenda do Coronel Néca Verdi, como suspeito de participar da

---

Guadalupe de Lima. “*Werneck Sodré, história nova: contribuição pioneira ao Ensino*”. In CUNHA, Paulo Ribeiro e CABRAL, Fátima (Orgs). Nelson Werneck Sodré. Entre o Sabre e a Pena. São Paulo. Ed. UNESP/FAPESP, 2006. p. 331-333.

<sup>4</sup>Fundo DEOPS/Série Dossiês. Pastas 50-Z-9-41750; 50-J-0-5266 e 50-Z-8-2178. A Editora Civilização Brasileira, dirigida pelo comunista Enio Silveira era um dos principais redutos de divulgação da doutrina comunista entre nós, de acordo com a Aliança Anti-Comunista Brasileira: “Tem dado guarida e apoio àqueles que, escrevendo livros, traem o Brasil, tentando subjulgá-lo ao domínio dos soviéticos. Enio Silveira, lacaio moscovita, fantasiado de protetor da cultura, quando na realidade não passa de um vil traidor de sua pátria e indigno de permanecer vivo. A AAB deixa aqui sua advertência a este porco nojento que em breve estará em nossas mãos para receber o castigo que merece. Que sirva também aos comunistas encapuzados de intelectuais: Cândido Mendes, Amoroso Lima, Barbosa Lima Sobrinho, Nelson W. Sodré, Dias Gomes, Rolando Gorbisier, Gerardo M. Mourão, Max da Costa Santos e outros. Nós iremos procurá-los em breve para um ajuste de contas...”. Pasta 50-J-0-5266.

“Revolução Camponesa”, levada adiante pelos comunistas de Fernandópolis: “Foi ainda em Fernandópolis, (...), que o signatário do presente teve oportunidade de localizar e prender o General Nelson Werneck Sodré, fundador e ex-presidente do I.S.E.B., prisão que efetuamos dias depois da ‘revolução de 31 de março’”. A cidade de Fernandópolis era considerada um dos maiores centros de irradiação comunista do Estado de São Paulo e “quicá do país”. Os investigadores do DEOPS/SP tinham fichado três mil militantes comunistas atuantes naquele município desde 1946, ocasião, segundo o relatório secreto, em que se articulavam a “REVOLUÇÃO CAMPONESA”, “movimento subversivo que abalou a opinião pública do país”. De fato, este movimento camponês estampado em várias manchetes de jornais preconizava no pré-1964 o clima de “ameaça vermelha” tão alardeada pela grande imprensa que apoiou o golpe.

Nelson Werneck Sodré teve os seus direitos políticos suspensos pelo Ato n.º 4, do Comando Supremo da Revolução em 1964<sup>5</sup>. Foi autuado e interrogado sob acusação de guardar em seu poder uma vasta quantidade de armas e munições, do tipo privativo das Forças Armadas. Além dessas informações, consta que suas obras são de “cunho eminentemente doutrinário” e que em 04 de abril de 1966, foram apreendidos, na livraria Cruz e Sousa, dois volumes de *História Militar do Brasil*, de sua autoria, cuja venda estava proibida. Seu nome é citado num informe a respeito de “Infiltração Comunista nos Órgãos de Comunicação Social” e nas declarações de alguns presos políticos prestadas no DOI/CODI/IIEx. Ainda, seu nome figura na Caderneta de Luis Carlos Prestes no. 15, apreendida pelo DOPS, principal base documental do IPM do PCB, coordenado pelo coronel Ferdinando de Carvalho. Na referida Caderneta, Prestes sugere ao general reformado que assuma a Direção da Revista de Estudos Sociais. Este simples trecho da Caderneta foi suficiente para que o historiador fosse indiciado e julgado pela Justiça Militar.

Anexo ao relatório consta um documento intitulado “Informe sobre o PCB”, datado de 23 de janeiro de 1961, apresentando a reorganização dos quadros do partido, para o qual tinha sido constituído um Comitê Central Executivo que funcionava sob a

---

<sup>5</sup> Em 13/04/1964, seu nome consta numa relação de militares publicado no Diário Oficial no. 71, de 14/4/1964 – fls. 33/3. Informação n.º 245, do Ministério da Aeronáutica – 4ª Zona Aérea

direção de Nelson Werneck Sodré e vários outros militantes. Também questiona as possibilidades do PCB, pós-64, recuperar seu poder de “infiltração”, sugerindo que os “elementos vermelhos” vão procurar reconquistar suas posições alcançadas no governo Goulart. O Informe reproduz trecho do documento intitulado Tese para Discussão, elaborado pelo PCB, que atesta “palavra de ordem” do partido contra a “Revolução de 1964”:

“A luta contra a ditadura militar fascista que domina o país deve constituir a principal tarefa dos COMUNISTAS, cuja preocupação diária será a união de todos os partidos patrióticos e democratas e de todas as organizações sem qualquer espaço de discriminação política, ideológica ou filosófica, que queiram dar um passo, por mais tímido que seja contra a ditadura”.<sup>6</sup>

Na arquitetura repressiva, organizada pelos agentes do poder, intelectuais do porte de Nelson W. Sodré ocupava o “topo da pirâmide” da hierarquia do Partido Comunista no Brasil. No plano internacional, o Partido era responsável por disseminar, especialmente na América Latina, o movimento comunista, formado por professores, estudantes e operários organizados, penetrando em todos os setores na luta contra o imperialismo. Ainda, para a Comunidade de Informação e Segurança permanecia a convicção de que as atividades dos comunistas em São Paulo até o 31 de março de 1964 eram exercidas abertamente, de forma quase legal, pelas várias correntes que obedeciam aos respectivos comandos do PCB. Os agentes entendem que o comunismo não é este ou aquele dirigente; seus quadros, seus órgãos superiores e inferiores é que dão vida à organização

Nelson Werneck Sodré também foi o principal indiciado no IPM da “História Nova”, que também envolveu o ISEB e o Ministério da Educação: “Consta que o referido indiciado, por sua capacidade intelectual, no exercício do magistério, sob a cômoda liberdade de cátedra, deu aulas e fez conferências, ao longo da existência do ISEB, difundindo os principais norteadores da “guerra psicológica”, lastreada por Mao-Tse-Tung e seus seguidores”. Um dos investigadores declarou que os seus “autores preocupavam-se em mudar a face da nossa história, com o aniquilamento dos nossos

---

<sup>6</sup> Documento “Secreto”, datado de 28 de dezembro de 1964, expedido pelo Ministério da Guerra – Gabinete do Ministro – 2<sup>a</sup> Divisão – SSI com o título “Informe no. 483/64 versando sobre PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO e seus anexos” contém informações do efetivo do PCB: 45.000 militantes aproximadamente em fins de 1964.

feitos, perfilando pobremente os nossos heróis. Essa é a característica que emoldura a Coleção ‘História Nova’, de alto teor subversivo, cujos trabalhos de elaboração estiveram à frente o general N. W. Sodré”.<sup>7</sup> Nelson Werneck foi processado em várias Auditorias da 1ª Região Militar sob a acusação de atividades subversivas. No entanto, a jurisprudência do Superior Tribunal Militar defendia que um “paciente” não podia responder a mais de um processo paralelamente pelos mesmos motivos.<sup>8</sup>

A reação feroz das forças anticomunistas em 1964 à publicação da Coleção *História Nova* sugere o impacto dessa obra, do ponto de vista ideológico, como capaz de fornecer o suporte histórico necessário à “revolução comunista” colocada em curso pela dupla Goulart-Brizola. Ademais, evidencia o papel crucial da História, em particular do ensino da História do Brasil em períodos de mudanças profundas na sociedade. A utilização ideológica do saber histórico pelo jogo político do momento apresenta-se com toda força no debate entre historiadores, jornalistas e militares reacionários que passaram a polemizar com Nelson Werneck Sodré. Considerado o coordenador do “Manual Comunista”, divulgado e distribuído gratuitamente nas escolas públicas brasileiras, Nelson Werneck sofreu uma repressão cultural sem precedentes ao propor uma visão crítica da história do Brasil. Uma série de quatro artigos sob o título *A Nova História* que apareceram nos dias 3, 4 e 11 de março de 1964, sempre na 3ª página, publicados no jornal O Estado de São Paulo deu início a violenta campanha contra a *História Nova*.

A campanha contra a *História Nova* tornou-se pretexto para o golpe de 64 e pela primeira vez, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro foi convocado para participar da Comissão que puniu os seus autores. A Ata do IHGB, datada de sete de março de 1964 informou que o Professor Alfredo Gomes aprovou os comentários do jornal OESP contrário à edição da obra *História Nova*. O debate prosseguiu com a posição do Professor Pedro Brasil Bandecchi, que discordando das conclusões do

---

<sup>7</sup> Consta apenas de que a informação é oriunda do DOPS/RJ, sem identificação de autoria, conforme matéria publicada no jornal O Estado de São Paulo de 14/11/1966. Estes mesmos argumentos são base para matéria intitulada “IPM do ISEB: Queirós exclui ex-ministros”, publicada no Jornal Folha da Manhã de 21 de janeiro de 1967. (50-Z-9-29213).

<sup>8</sup> Jornal Folha da Manhã de 11.02.1967.

orador, defendeu a “obra marxista”, impedindo, dessa maneira, a aprovação de uma moção de apoio do IHGSP ao jornal OESP pela sua atitude de colocar-se, formalmente, contra o governo Goulart. A polêmica em torno da obra *História Nova* chegou ao fim com a vitória dos golpistas em 1964:

“Mas, vinte e quatro dias após, aconteceu a Revolução de 31 de Março de 1964, que salvou a nossa Pátria do comunismo. Imediatamente, o Governo Revolucionário suspendeu a distribuição da referida ‘HISTÓRIA NOVA’, mandou recolher os volumes que haviam sido distribuídos, inclusive os que se achavam nas bibliotecas públicas. Mas, para dar um aspecto democrático à sua atitude, o Governo nomeou uma comissão presidida pelo Prof. Pedro Calmon, para dar um parecer sobre a referida HISTÓRIA NOVA”.

No livro *História da História Nova*, 1986, o historiador contextualiza a campanha contra a coleção e afirma que o seu maior sofrimento foi assistir a prisão, tortura e exílio dos membros de sua equipe. O historiador foi alvo também de grupos anticomunistas que em janeiro de 1978 ainda distribuía pelas ruas de São Paulo panfletos irados contra sua obra “*História Nova*”, proibida de circular em 1964:

“(…) Em janeiro de 1964, o Brasil estava dominado por uma camarilha de comunistas e pelegos e, com grande, alarde, o governo acabava de introduzir nos ginásios e colégios de todo o Brasil a “*História Nova*” de nossa pátria, coleção de brochuras encomendadas aos comunistas e pelegos pelo governo daquela época e dentre os quais figurava o epigrafeado como principal escritor”.<sup>9</sup>

Os autores anônimos do panfleto finalizam o texto saudando a Comissão, nomeada em 1964 pelo “governo revolucionário”, que deu parecer contrário a publicação da obra, impedindo sua circulação em território nacional. As Atas do IHGSP não falam mais desse assunto, encerrando-se, dessa forma, a contenda entre militares, jornalistas e historiadores reacionários que atribuíam à *História Nova* um papel crucial de “comunicação do país” que justificava o Golpe de Estado.

Outros contextos de censura a obra de Nelson W. Sodré aparece no Relatório Confidencial do II Exército, datado de 1976. Trata-se da proibição do “panfleto”, intitulado “*Memórias do Exílio – Brasil 1964/1975*”. Nelson W. Sodré, além de patrocinar a obra *Memórias de Exílio*, colaborou na edição do Caderno de Debates n.º 1 – *História do Brasil*, organizado por grupos de intelectuais paulistas de

---

<sup>9</sup> Fundo DEOPS/SP/Série Dossiês. Pasta 50-Z-130-1439.

“esquerda”, sob a liderança do “comunista” Caio Prado Júnior, que publicou neste mesmo período a obra *Brasil História–Texto e Consulta*.<sup>10</sup> Este grupo de intelectuais, integrados por “ex-terroristas” ou elementos com antecedentes “subversivos”, passou a existir desde 1976, sendo considerados pelo regime como “aproveitadores” da situação de desprestígio da História do Brasil por divulgar e impor sutilmente suas versões marxistas.

A extensão dessa estratégia de censura a obras de intelectuais de esquerda prevalece como dominante nas décadas de sessenta e setenta. Em 1977, o II Exército informa que a Difusão Editorial iria lançar até 1979 os dois últimos livros de História do Brasil de um total de 11 volumes com participação garantida de Nelson W. Sodré. O DEOPS/SP investigou todo o processo de lançamento da coleção em que colaboraram os “conhecidos marxistas esquerdistas e socialistas”: Edgar Carone, Fernando Henrique Cardoso, Caio Prado Júnior, General Nelson Werneck Sodré, Fernando Novais e Francisco Weffort, etc., a maioria, diz o relatório, integrante do CEBRAP. O interesse do DEOPS/SP em investigar esta edição era extrair dados capazes de caracterizar o “grupo de historiadores marxistas atuando em conjunto na PUC/SP, UNICAMP, USP, CEBRAP, Editora Brasiliense, DIFEL, Editora Civilização Brasileira, Vozes de Petrópolis, com ramificações na UFMG e PUC/MG”.<sup>11</sup>

O historiador não sofreu apenas censura aos seus escritos, cassaq es e punições. Também foi vetado em aparições públicas, como a do Programa televisivo “Pinga Fogo”, da TV Tupi, Canal 4, no qual seria entrevistado. O Programa foi suspenso por ordem do SNI (Sistema Nacional de Informaq es) sob a justificativa de que o escritor tinha seus direitos políticos cassados.<sup>12</sup>

Foi importante crítico literário do Jornal O Estado de São Paulo desde os tempos de tenente na unidade de Artilharia de Itu/SP. Colaborou nos semanários

---

<sup>10</sup> As duas obras foram publicadas em São Paulo pela editora Brasiliense.

<sup>11</sup> Pedido de Busca da obra *História Geral da República Brasileira*, conforme dados conhecidos pelo DEOPS/SP e DPF/SP em 03/05/1977. Pasta 50-Z-9-41750/41749.

<sup>12</sup> Pasta 50-Z-0-11055 – Ordem Política. 27/9/1965. Participação do escritor Nelson Werneck Sodré no Programa “Pinga Fogo”.

Opinião e Movimento. Esse último, publicou uma série de reportagens abrindo o debate nesse período sobre o fim da ditadura. Nelson W. Sodré escreveu o artigo “*A Ditadura Acabou?*”, sustentando a tese do caráter obsoleto da forma como o poder ditatorial tinha se revestido naquele momento para servir aos interesses do imperialismo e da reação:

“Responderam a um momento de crise, quando cresciam e assumiam formas organizadas as forças democráticas na América Latina. A instauração da ditadura, no Brasil e nos outros países latino-americanos foi o expediente de urgência para deter o avanço de um processo que aparecia, por vezes, como torrente impetuosa, que seria impossível deter. Foi detida. Sabemos bem a que preço. Agora, trata-se de mudar a forma, deixando inalterado o conteúdo” (Movimento, 1978).

Mais uma vez a explicação para o golpe e o final da ditadura se sustenta nos interesses externos, aqui aperfeiçoados. Nelson, ainda destaca duas forças que orientavam o processo de transição: a dos que desejavam a liquidação do regime e a dos que desejavam tal liquidação e a temiam, sofrendo de ambigüidade que cerceava sua participação na luta política.

Em 1978, o DEOPS/SP continuava arquivando artigos de jornais que comprometiam o historiador e o identificava como elemento perigoso. O DEOPS/SP seguia de perto os eventos promovidos pela Campanha da Anistia e detinha informações detalhadas sobre os membros do Comitê Brasileiro. Sodré foi um dos fundadores do Centro Brasil Democrático, em 1977, e responsável pela Campanha da Anistia e luta pela Constituinte. O Comitê Brasileiro pela Anistia (CBA) alargou os trabalhos anteriores de particulares e pequenos grupos em favor dos presos políticos e exilados, culminando com realização em São Paulo do Congresso Nacional pela Anistia. Pensamos que o caráter decidido e aberto dessas entidades criou espaços, que, finalmente, permitiram aos intelectuais e artistas brasileiros manifestarem sua força na luta pela conquista dos seus direitos, mesmo vigorando o arbítrio e a repressão aos movimentos sociais nesse período de relativo “abrandamento” da ditadura militar. A fiscalização pelo DOPS de todos que estiveram comprometidos com a luta pelo retorno do Estado de Direito, exemplifica a necessidade do Estado em traçar um perfil ideológico dos seus intelectuais. Permaneceu uma sobrevalorização do denominado “inimigo interno”, ainda que no período dito de abertura política lenta, gradual e restrita.

Com a revogação do AI-5 em 1979, assistimos a volta do sistema político pluripartidário, a retomada das lutas operárias e a concessão de anistia aos presos políticos, indicando uma “abertura lenta, gradual e segura”. No entanto, os tentáculos dos órgãos de inteligência militar e policial continuaram atentos a qualquer suspeita de “subversão”. Parte da intelectualidade, apesar de tantas punições e injustiças, manteve até o final sua dignidade e esperança no país democrático. Nelson W. Sodré foi vítima de um regime que puniam todos aqueles que realizavam uma leitura crítica e transformadora da nossa realidade. O Supremo Tribunal Militar extinguiu puni o a Nelson W. Sodré em 1978, que passou a não responder mais pelo processo da Justiça Militar referente ao livro *História Militar do Brasil*.

Os documentos referentes aos intelectuais sob a mira da Justiça Militar e do DOPS revelam fragmentos de uma história da repressão no período do regime militar. O material arquivado sobre Nelson Werneck Sodré exemplifica a dinâmica perversa da Comunidade de Informa o e Segurança ao instaurar IPMs e proceder a interrogatórios que, nem sempre obedeceram às regras da justiça. As peças jurídicas dos processos em que foram indiciados evidenciam que a nossa Justiça transcendeu as normas da dignidade humana, submetida que estava a uma ditadura marcada pela violência e arbítrio contra os direitos humanos. O recurso da tortura continuava sendo o principal instrumento para se obter a confissão dos acusados, justificado o descontrole da máquina repressiva. O motivo das acusa es também continuava sendo militância em organiza o, divulga o de idéias consideradas “subversivas” e o porte de material também considerado “subversivo”. Em suma, os intelectuais, considerados perigosos para a sociedade, ganharam relevância no acionamento da vigilância e controle de suas a es.

Ao confrontar a ditadura militar, Nelson Werneck Sodré sofreu censura aos seus escritos, prisão militar e expulsão do Exército. Defendeu uma revolu o operário-camponesa, variando as diferentes estratégias para alcançar os seus objetivos. Acreditou na burguesia nacional como força revolucionária capaz de compor alianças com os trabalhadores e promover, através do caminho pacífico, a revolu o brasileira. Na década de noventa, pouco antes de falecer, ainda defendia a revolu o nacional-

comunista vinculada aos valores supremos da democracia enquanto liberdade de ação e pensamento.

O grau de engajamento político no PCB determinou caminhos diferentes com relação à opção pela produção do conhecimento histórico. Participou de uma historiografia engajada com os conflitos e tensões do seu tempo, analisou com rigor o golpe de 64, buscando ultrapassar os limites dos documentos oficiais. No julgamento dos principais acontecimentos buscou sustentação em suas interpretações testemunhais, mesclando reflexão crítica com narrativa autobiográfica. Seguindo este interesse em inserir a sua trajetória pessoal vivida no passado com a luta mais ampla da sociedade pelo retorno ao Estado de Direito contra a ditadura, Nelson W. Sodré produziu uma série de livros e artigos sobre a história do Brasil, dando prioridade para questões contemporâneas, notadamente sobre o poder militar e os impasses para a consolidação da democracia no Brasil.

### Fontes e Bibliografia:

SODRÉ, Nelson Werneck. *A fúria de Calibã: Memórias do golpe de 64*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1994.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um Soldado*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1967.

\_\_\_\_\_. *Memórias de um Escritor*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1970

\_\_\_\_\_. *Vida e Morte da ditadura: 20 anos de autoritarismo no Brasil*. Rio de Janeiro, Vozes, 1984.

\_\_\_\_\_. *História da História Nova*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 1986.

\_\_\_\_\_. *Brasil: radiografia de um modelo*. Petrópolis, Vozes, 1975.

\_\_\_\_\_. *A verdade sobre o ISEB*. Col. Depoimentos, vol. 4, Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1978.

\_\_\_\_\_. *O Governo militar secreto*. Rio de Janeiro. Bertrand Brasil, 1988.

\_\_\_\_\_. *História Militar do Brasil*. Rio de Janeiro, Civ. Brasileira, 1965.

\_\_\_\_\_. "Era o golpe de 64 inevitável?" In Toledo, Caio N. (Org.). *64: Visões críticas do golpe: democracia e reforma no populismo*. Campinas, Ed. UNICAMP, 1997.

\_\_\_\_\_. *TUDO é política: 50 anos do pensamento de Nelson Werneck Sodré em textos inéditos em livros e censurados*; Ivan Alves Filho (organizador). Rio de Janeiro, MAUAD, 1998.

ACERVO DEOPS – FUNDO DEOPS/SP/Série DOSSIÊS e PRONTUÁRIOS (Divisão do Arquivo do Estado de São Paulo) – 91 Pastas.